



Revista Tempo e Argumento

E-ISSN: 2175-1803

tempoeargumento@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Brasil

Lopes, Fábio Henrique

Reflexões sobre a operação historiográfica: diálogos e aproximações possíveis

Revista Tempo e Argumento, vol. 4, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 95-113

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130378007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



# TEMPO E ARGUMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em História  
Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 95 – 113, jan/jun. 2012

## REFLEXÕES SOBRE A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: diálogos e aproximações possíveis<sup>1</sup>

**Fábio Henrique Lopes\***

### Resumo

Este artigo estabelece diálogo e convergência entre historiadores e historiadoras que refletem sobre a operação historiográfica, sobretudo em nosso tempo presente. O objetivo é identificar e analisar as implicações políticas do fazer histórico, os limites e desafios desse saber, bem como as referências epistemológicas que orientam a produção do conhecimento historiográfico. Por fim, ressalta o duplo desafio de libertar a História de seus antigos programas e de oferecer novas problematizações para o presente.

**Palavras-chave:** Escrita da História. Desafios epistemológicos. Historiografia.

Hoje, a história da historiografia já é uma área de pesquisa, promove diálogos, publicações e eventos. As teorias da História, suas metodologias, referências e propostas são objetos de estudo. A ebulição e a diversificação da disciplina histórica, fruto das últimas décadas, é tema recorrente. Entre aproximações e distanciamentos, continuidades e rupturas, não só um novo debate histórico e historiográfico foi forjado, como também a própria História, como disciplina, foi pensada e repensada, escrita e reescrita.

A proposta desse artigo é oferecer um exercício reflexivo, focalizando excertos, proposições e territórios de fala de historiadores e historiadoras que, direta ou indiretamente, apresentam novos desafios para a prática historiográfica. Se a abordagem e o tema em questão não são novos, o diálogo proposto em rede e o mosaico oferecido podem destacar intrigas, estranhamentos e a coragem de fazer da história o que ela nem sempre costuma ser. Dessa maneira, estabeleço aproximações e convergências entre historiadores/as e pesquisadores/as

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq.

\* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: lopesfh@yahoo.com

que, de certa maneira, defendem a possibilidade, e alguns a urgência, de a historiografia promover o reconhecimento e o encontro com a diferença, com a finitude, com o que é temporal e, por isso, histórico. Reconhecimento, portanto, da história e da historiografia como práticas de diferenciação. Este é o território que possibilita a rede e o diálogo deste artigo.

Para iniciar a reflexão, destaco uma condição do conhecimento histórico, a de trabalhar, produzir e ressaltar finitudes. Nas palavras de Aguirre Rojas (2007, p. 07):

é impossível fazer uma história séria, de qualquer fato, fenômeno ou processo, em qualquer momento ou etapa do ‘passado’ ou do ‘presente’, que não demonstre em sua análise a necessária finitude e caducidade do que se estuda, tornando evidentes o caráter efêmero e os limites temporais do problema investigado, e sublinhando a mudança histórica a que estão submetidos todos esses processos, fenômenos e acontecimentos mencionados.

A mesma proposta é defendida por Albuquerque Júnior (2006, p. 211):

pensar como historiador, às vezes, é difícil, porque significa termos que admitir que determinadas verdades, determinadas certezas, determinados caminhos que achamos os mais corretos, os mais indiscutíveis, podem e serão tragados pelo tempo, se não tivermos a capacidade de ressignificá-los, de atualizá-los, de redefini-los. Ser historiador é lidar com a morte de todas as coisas, inclusive de nossas certezas mais queridas.

Um modo de conhecimento histórico que opera, dessa maneira, com o ausente, com a morte e com finitude. O mesmo sentido é sublinhado por Michel de Certeau (2011, p. 41):

O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes... O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele é o enunciado do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no não dito... Seu trabalho consiste em criar ausentes, em fazer, de signos dispersos na superfície de uma atualidade, vestígios de realidades ‘históricas’ ausentes porque outras.

As ausências, as ressignificações e as finitudes são inerentes à História. A história da historiografia é a prova e o relato das mudanças, da finitude, das variações de sentidos, de valores e de usos da História. Ela é a realização concreta da mudança no tempo.

O processo e as estratégias que fizeram da História uma ciência, que legitimaram as pretensões científicas daqueles valentes soldados que travaram verdadeiros combates para

defender posições e trincheiras, delineiam um período histórico que pode ter como baliza inicial as primeiras décadas do século XIX. Desde então, em processo não linear ou progressivo, as reflexões sobre a História tornaram-se, também, prática dos historiadores. Tal tarefa, porém, não se limitou a essa nova disciplina (História) e a esses novos profissionais (historiadores). Ao longo desse mesmo período, literatos, jornalistas, filósofos, depois sociólogos, antropólogos e críticos literários refletiram sobre os desafios e limites da operação historiográfica.

Ao superar e vencer as barreiras daquilo que era considerado o “verdadeiro conhecimento científico” no século XIX, historiadores ajudaram a reinventar a própria noção e conceito de ciência, a partir de então não mais presa aos ditames e ao modelo das ciências da natureza. É verdade que desde o século anterior, com Voltaire, por exemplo, um projeto que visava tornar a história um saber racional, diferenciando-a da fábula, já era operante. Mas foram aqueles estudiosos do século XIX que moldaram e foram estimulados por uma nova vontade de verdade, por uma vontade de saber que fez da racionalidade o acesso ao verdadeiro conhecimento. Assim, a cientificização da História se consolidou ao longo do século XIX (BENATTI, 2000; MARTINS, 2010).

Marc Bloch indica algumas rupturas provocadas pelas novas ciências que se consolidaram ao longo do século XIX, ou mesmo no início do século XX, as quais ampliaram as fronteiras do saber científico. Esta constatação é importante porque indica, como sugeriu o próprio historiador francês, que “a História não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento” (BLOCH, 2001, p. 46). Algumas décadas depois, Edward Hallet Carr (1982, p. 167) sugere que a história seria “um processo em movimento constante, dentro do qual o historiador se move”.

Esse movimento sugerido por Bloch e por Carr é encontrado no interior do próprio debate travado no século XIX, que buscava a diferenciação dos modos de fazer a História e os sentidos a ela atribuídos, expondo, assim, as fraturas nos fundamentos e nos alicerces da disciplina histórica praticada naquele período. Temos, dessa maneira, debates e diálogos baseados na reflexão em torno do lugar da história na sociedade ou, como diz Caire-Jabinet (2003, p. 9), na “questão do sentido da história e de sua utilidade”.

No que diz respeito ao debate do período, e das rupturas percebidas ou propostas, não posso deixar de fazer justa referência àqueles que antecederam os *Annales* e que, ainda no século XIX, no meio da tempestade, propuseram novas questões à chamada operação historiográfica, criticaram e/ou minaram os pilares da chamada História Tradicional. Entre eles, Humboldt, Droysen e Nietzsche.

Esses autores ajudam a complexificar a ideia e a imagem do período, o século XIX. Depois deles, não podemos mais considerar o século XIX como um todo compacto, monolítico, amálgama de, no máximo, três grandes correntes: o Positivismo, o Historicismo e a Escola Metódica. Com eles, temos a pluralização não só do período, como do debate nele travado. Esses três pensadores indicam que no processo de emergência da História como disciplina, algumas fraturas, descompassos e limites já eram percebidos e expostos.

Hoje, pesquisas na área de história da historiografia advertem que muitas das inovações e das críticas apresentadas pelos *Annales*, por exemplo, já eram esboçadas em períodos anteriores às décadas de 1920/1930. Mais uma vez, a área de história da historiografia tem contribuído para diferenciar os movimentos da História, sua produção, escrita e leitura. Como bem destacou François Furet (1991, p. 89), “a história é um acontecimento permanente”. Contudo, se pesquisas sugerem novos elementos e contornos para o debate em torno da produção historiográfica própria do século XIX, diversificando o que acreditávamos ser o período, não devemos esquecer ou subestimar a relevância das críticas dos *Annales* à chamada “História Tradicional”, à tradição histórica, pelo menos aquelas delineadas pela primeira geração da escola francesa de Estrasburgo, ou seja, a crítica à História Política, à História factual/linear e à História puramente narrativa.

Se o século XIX é definido como o “século da História”, pois a inventara como disciplina, o seguinte pode ser visto como o período de ampliação e diversificação dos fundamentos teóricos e dos princípios metodológicos da História. A pluralização dos temas, objetos, problematizações, fontes, reflexões e narrativas históricas é recorrentemente citada em referência ao debate histórico e historiográfico do período. Claro que tal diversificação do campo e das pesquisas provocou debates e acirramentos. Contudo, no lugar de mapear e, com isso, dar destaque às guerrilhas e às contendas, a proposta é outra: a de focalizar efeitos das redes, dos diálogos, das trocas e das desterritorializações. Neste novo fluxo da produção historiográfica contemporânea, delineio os limites e desafios deste artigo.

A proposta é analisar como historiadores/as nacionais e internacionais concebem, ou conceberam, a operação historiográfica contemporânea como prática de diferenciação. A inegável relação entre um lugar de produção e a configuração do discurso histórico (CERTEAU, 2011, p. 46) não precisa ser entendida como efeito colateral desta reflexão. Ela pode funcionar como uma provocação. Os/as autores/as presentes e citados/as não foram escolhidos/as aleatoriamente, muito pelo contrário, estão em rede, em fluxo, em diálogo por concordarem que a historiografia pode ser prática de diferenciação. Insisto, não se trata de revisão bibliográfica acerca do problema, não busco analisar o estado atual da operação

historiográfica. O objetivo é mais modesto, o de colocar em evidência, para reflexão e debate, as proposições daqueles/as que foram aproximados pela prática de diferenciação, de ruptura, de descontinuidade, de mudança, de invenção, de alteridade pela e com a história.

Após essas reflexões iniciais, posso sublinhar que um dos resultados, ousar dizer, um dos ganhos e/ou uma das inovações do debate historiográfico do século XX é a compreensão de que o conhecimento histórico se dá por vestígios. Muitos historiadores corroboram esse princípio. Nas palavras de Marc Bloch (2001, p. 69-70), “em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente ‘indireto’”. Isso porque, segundo ele, “todo conhecimento da humanidade, qualquer seja, no tempo, seu ponto de aplicação irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância” (BLOCH, 2001, p. 70). Vale a pena ressaltar que o conhecimento histórico não deixou de ser considerado científico por ser indireto, por não partir de um objeto diretamente verificável. Qual seria então a garantia desse caráter científico da explicação e da compreensão históricas? O que legitimaria essa ciência? A resposta já é conhecida e muito repetida: o documento!

Apesar de concordar com a inegável importância dos documentos na produção do conhecimento histórico, o historiador francês - e de modo geral a escola do *Annales*- contribui para a ampliação do que entendemos e compreendemos por documentos históricos. Por sugerir que o conhecimento histórico se dá por vestígios, foi preciso dilatar as possibilidades de definição de tal recurso e fonte. A esse respeito, é conhecida a passagem de seu célebre livro: “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79). Rompendo com o chamado culto ao documento escrito e oficial como único legitimador da pesquisa científica, os historiadores começaram a buscar seus dados, informações e pistas em documentos até então não focalizados, lidos e/ou problematizados, constituindo, assim, novos conjuntos documentais, transformados em fontes históricas.

Nesse mesmo sentido, Karnal e Tatsch (2011, p. 9) retomam e destacam o axioma historiográfico: “destruídos todos os documentos sobre um determinado período, nada poderia ser dito por um historiador”. Como os autores observam, reconhecemos a importância dos documentos na operação historiográfica, mas não podemos negar as leituras opostas ou variadas que um documento possibilita. Perdemos a ingenuidade em relação ao nosso material de trabalho. Sabemos diferenciar importância e sentidos atribuídos a tais vestígios do passado, bem como relações de poder e regimes de verdade neles e com eles instaurados. Praticamos, dessa maneira, “uma profunda alteração do uso e conceito de documento histórico” (KARNAL; TATSCH, 2011, p.15).

O trabalho histórico não se limita a buscar a autenticidade de um texto, a fazer sua crítica interna e externa. Nas últimas décadas, aprendemos a diferenciar o passado de seu registro; o fato de seu relato; a coisa de sua representação. Nas palavras de Albuquerque Júnior (2007, p. 25), “nada é evidente em si mesmo... Nada é evidente antes de ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. Os documentos são formas de enunciação e, portanto, de construção de evidências ou de realidades”.

Ainda sobre os novos usos e sentidos atribuídos aos documentos - transformados pelos historiadores em fontes históricas que possibilitam o conhecimento indireto do e sobre o passado –, é importante lembrar outra consideração de Karnal e Tatsch (2011, p. 14). Para eles, a ascensão de novas dimensões e domínios da história - como a História do Cotidiano, História da Sexualidade, História do Gênero - trouxeram a diversificação daquilo que entendemos, muitas vezes acriticamente, como fonte possível de pesquisa histórica.

A ponderação acima deve ser explorada. Focalizo mais detalhadamente as Histórias das Mulheres e a História do Gênero. Margareth Rago (1998, p. 91) observa que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Para Rago, histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala, e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. Segundo Rago (1998, p. 91), o mundo acadêmico ganhara, assim, novos contornos e novas cores. Se a categoria de gênero abriu espaço para a emergência de temas não pensados, de campos não problematizados, de novas formas de construção das relações sociais não imaginadas pelo universo masculino (RAGO, 1998, p. 97), quais foram os documentos e as fontes utilizados nesta tarefa?

A resposta à questão acima pode ser encontrada no texto de Maria Izilda S. de Matos (1998). Para a historiadora, essa nova produção historiográfica tem contribuído de modo significativo para a renovação temática e metodológica, ampliando áreas de investigação e renovando marcos conceituais tradicionais. Assim, a expansão dos estudos de gênero na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos (MATOS, 1998, p. 67). Matos e Rago destacam que os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades,



inclusive entre o passado e o presente. Logo, os estudos de gênero ajudaram a diferenciar não só masculinos e femininos, masculinidades e feminilidades, como alteraram indelevelmente nossas visões do passado.

No que diz respeito à documentação, Matos ressalta que os estudos históricos com a abordagem de gênero trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas (MATOS, 1998, p. 72). As dificuldades estariam, assim, mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer, de acordo com ela, uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar os gêneros. Como é sugerido, as novas dimensões e domínios da História não abrem mão da documentação, transformada em fonte histórica, mas amplia o conceito e os usos do *corpus* documental.

Já que falo de indício e sinais, não poderia deixar de lembrar algumas contribuições de Carlo Ginzburg. O historiador italiano ensina como tecer histórias a partir de dados aparentemente negligenciáveis, como remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente (GINZBURG, 1989, p. 152). Com a erudição que lhe é peculiar, ele demonstra como é possível desenvolver trabalhos históricos a partir de “pistas de eventos”, ou como ele mesmo diz, trabalhar como um caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa (GINZBURG, 1989, p. 154). Sua produção historiográfica é amplamente conhecida. Não por acaso, ela é apresentada como uma das referências quase obrigatórias no mundo dos historiadores durante a década de 80 (REVEL, 2010, p. 206). Destaco em rede esses breves excertos para sugerir aproximação entre Ginzburg e o argumento central deste artigo, pois sua ambiciosa proposta de trabalho historiográfico é, em certa medida, prática de diferenciação, não só no que diz respeito ao *corpus* documental por ele utilizado, como pelos modos de trabalhá-lo. Ao se referir à singularidade do historiador italiano, Lima (2009, p. 138) indica que

não se tratava da reconstrução de teias de relações sociais, nem da recomposição das trajetórias individuais e de grupo através da documentação serial, mas de abordar a história a partir da observação de um episódio singular, ou da análise de uma anomalia iconográfica localizada, na tentativa de investigar uma realidade mais profunda, que não havia deixado traços documentais.

A postura do historiador italiano é possível porque “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177-178).



Por fim, cabe outra consideração em torno dos documentos transformados em fontes históricas. Proposta que amplia e diversifica seus usos e sentidos:

o fragmento do passado que nos chega é real e nos fala de sentidos dados para a realidade de uma dada época e sociedade, mas como todo fragmento empírico da realidade ele necessita passar por operações de imaginação, significação, intelecção, para se tornar uma realidade para nós, para que passe a funcionar em nosso tempo, para que volte a viver entre nós” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 200).

As atuais possibilidades de produzir conhecimento histórico não podem mais negar que nosso conhecimento é indireto, diferença estabelecida entre a História e as outras ciências, inclusive algumas sociais. Se não concordamos mais com a máxima de o documento dizer ou portar a verdade sobre o ocorrido; se já compreendemos que “o que faz o historiador é reconstruir as versões sobre o passado que os homens que nele viveram foram capazes de construir”; se o “historiador opera sempre com a realidade, mas opera não com a realidade em si mesma, como coisa, como objeto naturalizado, mas como realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não”; se “o fragmento do passado que nos chega é real e nos fala de sentidos dados para a realidade de uma dada época e sociedade, mas como todo fragmento empírico da realidade ele necessita passar por operações de imaginação, significação, intelecção, para se tornar uma realidade para nós” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 200), então, definitivamente, não podemos mais negar que a operação historiográfica é prática de significação. Essas operações de significação permitem o distanciamento e o diálogo entre presente e passado. Mas tal diálogo sempre parte do presente, tempo do historiador. Portanto, a única relação possível entre tais tempos históricos se dá pela mediação das fontes e pelo historiador.

Antes de prosseguir, é preciso levar em consideração algumas observações de Antoine Prost (2008, p. 75). No início de um dos capítulos de sua obra, intitulado “as questões do historiador”, o autor é taxativo e lacônico: “não existem fatos históricos por natureza”, “pela questão é que se constrói o objeto histórico”. Em ressonância com sua tese, para além da relação *espaço-tempo*, outra parece ser fundamental na operação historiográfica, a *questão-documento*. Segundo Prost (2008, p. 75-76), é a partir da questão que o historiador tem uma ideia das fontes e dos documentos que lhe permitirão resolvê-la. Dessa maneira, “o historiador nunca se limita a formular uma simples questão porque, em seu bojo, traz uma ideia das fontes documentais e dos possíveis procedimentos de pesquisa” (PROST, 2008, p. 76).

Tal como os/as historiadores/as até aqui citados, Prost concorda com o contemporâneo princípio historiográfico de que “tudo pode ser documento, desde que seja assumido por ele [historiador]”. O que exigiria, por seu turno, não só habilidades como técnicas para o trabalho. Ao mesmo tempo, essa nova consideração, também já esboçada, redireciona a atenção para a “impossibilidade da leitura definitiva de determinado documento” (PROST, 2008, p. 77). Desse modo, o historiador nunca conseguiria exaurir os documentos selecionados, podendo sempre questioná-los de outra maneira, com outras problematizações ou levá-los, ainda, a se exprimir com outros métodos. Se o “repertório documental e o arsenal metodológico não cessaram de aumentar seus acervos para responder a novas questões”, é pertinente sublinhar que “o elenco das questões históricas nunca estará encerrado: a história terá de ser continuamente reescrita” (PROST, 2008, p. 78).

A respeito das reescritas da História, vale a pena ressaltar as provocações de Keith Jenkins. Para ele, “o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço” (JENKINS, 2001, p. 24). A partir desta assertiva, estabeleço aproximação com os argumentos expostos. Primeiro, o conhecimento histórico é indireto. Segundo, a relação entre presente e passado é mediada pelos documentos, os quais, nas palavras de Pinsky e Luca (2011, p. 7), são “transformados em fonte pelo olhar do pesquisador”.

Jenkins insiste na separação entre História, Passado e Historiografia, o que lhe permite afirmar que o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diversas práticas discursivas. Para ele, uma paisagem, por exemplo, pode ser lida/interpretada diferentemente por geógrafos, sociólogos, historiadores, artistas, economistas. Essa diferenciação não se limita apenas às especificidades epistemológicas dos campos do saber, ela está relacionada ao tempo presente do pesquisador, sujeito que formula as questões de uma pesquisa, elaboradas, sempre, a partir de determinado lugar e tempo (PROST, 2008, p. 84-85).

Mas Jenkins é mais ousado em suas considerações sobre a operação historiográfica, sobretudo no que diz respeito às relações entre presente e passado. Depois de 20 anos de publicação de sua obra em inglês, e cerca de dez anos de sua publicação no Brasil, continuo considerando suas reflexões pertinentes para o debate em questão. Mas insisto, a proficuidade não se limita à provocação de que “o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a realidade” (JENKINS, 2001, p. 28). Para este

artigo, destaco a diferenciação sugerida entre olhares, racionalidades, saberes e narrativas. Por exemplo, Jenkins ressalta que sociólogos e historiadores interpretam de maneira distinta o mesmo fenômeno, por meio de outros discursos que estão sempre mudando, sempre sendo decompostos e recompostos, sempre posicionados e sempre se posicionando, e que por isso precisam que aqueles que os usam façam uma autocrítica constante (JENKINS, 2001, p. 29).

Sublinho que não vejo no texto de Jenkins a impossibilidade da História, ou da operação historiográfica, mas sim crítica feroz, e bem humorada, de certas referências e posturas que balizam a produção de determinado conhecimento histórico. Ao analisar três campos teóricos problemáticos - as áreas da epistemologia, da metodologia e da ideologia - o autor não pretende propor ou defender o fim da História, no máximo evidencia as incongruências de escolas, movimentos, linhas de pesquisa ou referências teórico-metodológicas que ainda permitem trabalhos historiográficos. Não estou convencido de que podemos tomar a denúncia e a crítica a certos modelos e referências historiográficas como prova da inutilidade e da inoperância da História. Considerá-la um discurso cambiante e problemático não a invalida.

O que até aqui foi exposto permite afirmar, como fez Prost (2008), que a escrita da história nunca estará encerrada. Isto porque: seu conhecimento é indireto, pautado em documentos produzidos pelo passado e transformados pelo historiador em fonte; há diferenciação entre História, Passado e Historiografia; e, por fim, porque todo conhecimento sobre o passado se dá em outro tempo, o presente, onde são formuladas as questões e reflexões do historiador, essas também históricas e datadas, próprias de uma época, contexto, condições de possibilidade, vontade de saber e de verdade.

Voltando à obra de Prost, não há, como outrora poderíamos encontrar em textos historiográficos, nenhum tipo de desconsideração ou desqualificação, *a priori*, dos engajamentos, compromissos e enraizamentos pessoais das questões históricas. Sua posição no debate é claramente apresentada

não creio que seja possível ser um bom historiador sem um pouco de paixão, sinal de relevantes desafios pessoais. O enraizamento existencial da curiosidade no âmbito da história explica a constância da pesquisa, o esforço despendido pelo historiador e, convém reconhecer, igualmente, o prazer e a alegria prodigalizados, às vezes, pelo exercício desse ofício (PROST, 2008, p. 88).

De outra maneira, se ainda estivéssemos presos aos regimes de verdade de séculos passados, poderíamos excluir do rol dos verdadeiros e legítimos trabalhos históricos aqueles

sobre as mulheres, escritos por feministas, os estudos sobre a escravidão ou sobre as questões e conflitos raciais, desenvolvidos por negros, as análises da história judaica, apresentadas por judeus ou, ainda como exemplo possível, a histórica participação de protestantes na arena política brasileira, organizados por evangélicos, entre tantos outros exemplos possíveis. O que em outros tempos inviabilizaria projetos e propostas de pesquisa, agora faz parte de nossas reflexões sobre o fazer histórico.

Portanto, as questões e os problemas que levam o historiador ao arquivo, à reflexão e à escrita não estão desconectadas de um tempo, de uma sociedade e de subjetividades. Possuem historicidades, especificidades que precisam ser percebidas e analisadas. O historiador não pode achar que tal ponderação é menor, menos importante, ou somente da ordem do inconsciente. Pois como bem define Prost (2008, p. 89), “conhecer a partir do interior, como as coisas podem passar-se no âmago do grupo que é objeto de análise, acaba por sugerir hipóteses, orientar em direção de documentos e fatos que passariam despercebidos para o observador externo”. Mas que fique bem claro, não se trata de negar riscos e armadilhas ou de não considerar as necessidades de recuos, mas sim de reconhecê-los como inevitáveis, inclusive para aqueles que ainda acreditam na imparcialidade da operação historiográfica.

Para Carlos Aguirre Rojas, em ressonância com as proposições de Marc Bloch, cada época histórica refaz o passado em função de seus interesses e urgências. Em suas palavras,

toda história é filha de seu tempo e de suas circunstâncias, e dado que o historiador também tem um compromisso específico com sua sociedade e sua época, toda história refletirá necessariamente as escolhas e pontos de vista do próprio historiador que se projetam inclusive na seleção dos fatos a serem investigados e no modo de organizá-los, classificá-los, interpretá-los e arranjá-los dentro de um paradigma que lhes atribua significação e sentido próprios. Dado que não existe nem pode existir uma história atemporal, eterna, ahistórica... (AGUIRRE ROJAS, 2007, p. 30-31).

Neste mesmo sentido, as palavras de José Antonio Vasconcelos (2000, p. 113) produzem significados. Para ele, a História ganha valor não quando consegue representar com fidelidade “o que realmente aconteceu”, mas quando responde adequadamente às inquietações do presente. Ainda de acordo com Vasconcelos (2000, p. 113-114), não se trata de descobrir uma verdade subjacente ao mundo dos fenômenos, mas de interpretar o material encontrado, de conferir-lhe sentidos que respondam às inquietações do presente, não às do passado, que permanecerão para nós sempre um mistério. Visibilidade e importância, portanto, são atribuídas ao tempo presente, nunca estão ausentes da prática historiográfica. Em suma, se o

saber histórico não é relativista, ele é relativo às suas regras de produção (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 204).

Diante do exposto, uma pergunta: conhecer para quê? Para instituir continuidades, reconhecimentos, identidades, enraizamentos, naturalizações, territorializações? Seriam essas as únicas possibilidades existentes para o conhecimento e para a prática de conhecer?

A proposta em evidência é outra, não mais uma historiografia que busque reduzir ou conciliar a diferença à identidade, mas que permita flagrar mudanças. Então, como proceder? Tratam-se de novas perguntas a serem feitas pelo historiador, novas problemáticas ou, como diz Rago (2008, p. 11), perguntar muito mais pelas diferenças que nos separaram dos antigos do que pelas semelhanças. A historicidade de tudo e de todos, do eu e do outro, dos sujeitos, dos grupos, das ideias, dos sentidos, dos valores, da sociedade e do social, da cultura e do cultural, dos contextos, da ciência e do científico, dos masculinos e dos femininos, das teorias e das metodologias remetem, assim, à diferenciação, às desterritorializações. É uma nova prática que se define não pelo estudo da sucessão, das etapas de uma evolução, das regularidades de um fenômeno ao longo do tempo, mas que procura, necessariamente, uma lógica comum, um sentido universal.

Com a mesma sensibilidade, Vasconcelos (2000, p. 115) identifica e investiga uma possibilidade de fazer história que busca solapar a imagem de “História teleológica”, fruto de uma historiografia que procura estabelecer continuidades, que busca em épocas remotas as causas do presente e que vê no presente o embrião do futuro. A este respeito, devo insistir que focalizar a diferença entre o hoje e o ontem, entre presente e passado não nega ou anula, em absoluto, a historicidade de nossos objetos de estudo. Muito pelo contrário, a própria historicidade permite ao historiador perceber, flagrar e expor as diferenças, ou seja, aquilo que não somos mais.

Para Aguirre Rojas (2007, p. XVI), em nosso tempo presente encontramos construção de histórias diferentes e críticas, ou seja, aquela “da prática da virtude do reconhecimento da presença real do “outro” e sua voz, como melhor antídoto para combater a soberba de supor que se deve ser, sentir e pensar à imagem e semelhança do pensamento até hoje dominante, autoritário e excludente.” Assim, o desafio não é mais o de encontrar ou abrir mais um novo caminho para a operação historiográfica, mas analisar quais as condições de possibilidade dessa história indicada por Aguirre Rojas, quais as implicações e desdobramentos, inclusive políticos, dessa prática já operante no fazer histórico.

Em relação ao “outro” - sempre presente, mas ausente pelo tempo já passado e muitas vezes escamoteado pela historiografia -, Michel de Certeau (2011, p. XVI) adverte que

o outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta. Um trabalho de separação se efetua com respeito a essa inquietante e fascinante proximidade... Este lugar indica a questão posteriormente articulada pelas práticas científicas e da qual uma disciplina se encarregou – ‘A única pesquisa histórica do ‘sentido’ permanece, com efeito, a do Outro’, porém este projeto contraditório pretende ‘compreender’ e esconder com o ‘sentido’ a alteridade deste estranho, ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e oferecer-lhes túmulos escriturários.

Com ímpeto e ousadia, historiadores/as abriram um novo caminho, o de conhecer para colocar em suspeita “toda e qualquer declaração definitiva e universalizante” (RAGO e VEIGA-NETO, 2006, p. 10). Modos de estranhar e desfamiliarizar o que parecia tranquilo e acordado entre todos (VEIGA-NETO, 2006, p. 15). Prática de diferenciação, ou seja, colocar-se contra qualquer *a priori* histórico, seja os da natureza humana, da consciência, das determinações socioeconômicas, da classe, do gênero, da raça, das formas de conhecimento, do saber, das teorias, das metodologias, dos temas, dos objetos, das pesquisas, das lógicas binárias, das naturalizações.

Se com Certeau aprendemos que a historiografia pode ser um trabalho de separação, com Michel Foucault (1984, p. 13), talvez na mesma sintonia, ela sirva para propor descaminhos:

(...) a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber e ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

O que os/as autores/as citados/as apontam e propõem é uma nova prática, a qual já fora esboçada e está na pauta do dia. Retomando as considerações de Vasconcelos (2000, p. 121), uma nova historiografia que “difere em um aspecto importante de todas as demais tentativas de renovação historiográfica: não se busca mais fugir do Outro”. Uma história, como diz Rago (2002, p. 257-258), que não ignora os acidentes, os acasos, os desníveis, em nome de uma homogeneização totalizadora quando se é incapaz de pensar as descontinuidades. Inspirada pelas provocações de Foucault, Rago em vários de seus trabalhos afirma que muitos anos depois da publicação dos estudos do filósofo francês ainda ficam

evidentes, e são pertinentes, suas advertências contra um olhar que perde as multiplicidades, que encerra sistematicamente em imagens e conceitos prontos, eliminando a historicidade própria dos fenômenos. Multiplicidade não só do passado, que nos chega indiretamente, mas também do tempo presente, dos deveres e das potencialidades.

A História não diz respeito somente ao passado, ao já vivido e ao já experimentado. Ela também se remete ao vivo, ao social e ao cultural de um tempo, também presente. Para Aguirre Rojas (2007, p. 06)

a história não é uma disciplina associada somente aos arquivos, aos fatos, personagens e sucessos já desaparecidos e mortos, mas uma ciência também do social e do vivo, atenta à perpétua transformação histórica de todas as coisas, e diretamente conectada, pelas mais diversas maneiras, com o tempo presente, assim como com nossa vida social mediata e imediata, em todas suas múltiplas e variadas manifestações.

Por meio dessas breves referências, excertos e aproximações, não totalmente arbitrárias, uma possibilidade de operação historiográfica se delineou. Agora, temos uma reflexividade e um desafio: produzir histórias que possibilitem elaboração de novos modos de vida. Afinal, como incita Frédéric Gros (2006, p. 132), “não se cuida de si pra escapar do mundo, mas para agir como se deve”. Indo além, como nos adverte Certeau, a ação historiográfica é possibilitada sempre por aquilo ou por aqueles considerados e transformados em “Outro”:

Sem dúvida, essa é a razão pela qual a história tornou o lugar dos mitos ‘primitivos’ ou das teologias antigas desde que a civilização ocidental deixou de ser religiosa e que, de maneira política, social ou científica, ela se definiu por uma práxis que envolve, igualmente, suas relações consigo mesma e com outras sociedades. O relato dessa relação de exclusão e de atração, de dominação ou de comunicação com o *outro* (posto preenchido alternadamente por uma vizinhança ou por um futuro) permite à nossa sociedade contar-se, ela própria, graças à história (CERTEAU, 2011, p. 39).

Essa é uma crítica ativa e desafiadora do fazer histórico tradicional, que implode e liberta uma prática histórica que:

tem criado naturalizações, generalidades, que fazem das relações humanas uma eterna repetição do Mesmo: mesma divisão binária baseada no biológico, no genital, cujo referente é o masculino; mesma concentração de poderes e instituição de hierarquias entre os sexos; mesma compulsão à heteronormatividade, baseada na reprodução, ordem divina. Nas narrativas



históricas, confundem-se valores e fatos, representações e verdades incontornáveis (SWAIN, 2008, p. 29).

Contra tais pressupostos, há uma historiografia como prática de liberdade, como prática libertária e como prática de liberação. Historiografia de potencial transformador do hoje, pela alteridade com o ontem, no qual não precisamos mais nos reconhecer, pois não somos nem reflexos, nem sujeitos ou grupos inexoravelmente determinados por ele. Como diz Rago (2002, p. 261), um libertar-se de determinadas representações do passado, de procedimentos que levam a determinados efeitos, relações de poder, enfim, de construções autoritárias do passado e que, para além dos sujeitos excluídos, suprimem o contato direto com as experiências da liberdade, inventadas e usufruídas por nossos antepassados. Identidades e reconhecimentos com o passado que são ilusórios, pois construídos em dada condição de possibilidade que não se repete mais, mas que define “o humano para melhor hierarquizá-lo, cindi-lo, criando separações e exclusões” (SWAIN, 2006, p. 265). Efeitos de exercícios de poder que não deixam fruir novas potencialidades para a historiografia. A proposta, então, é o esforço em “transformar o conhecimento numa espécie de experimentação, de exercício venturoso e fatal de si mesmo no mundo [do] pensamento e da vida” (HARA, 2006, p. 271).

O misto de desafio e proposta deste artigo é evidenciar a mudança pela diferenciação, pelo conhecimento e contato com os outros possíveis, outros tempos, outras culturas, em suma, outras realidades. Historiadores/as parecem identificar essa mesma potência aberta à historiografia. José Carlos Reis (2003, p. 59) identifica uma história sendo a linguagem da mudança. Natalie Davis (2000, p. 85) ensina que o estudo do passado pode ser visto como uma lição de esperança, pois mostraria que, por mais impositiva que a sociedade possa ser, haveria sempre alternativas abertas para as pessoas fazerem sua própria história. Roger Chartier (2011, p. 267 e 280) marca como uma das exigências do trabalho histórico a diferenciação dos tempos, em relação a seu tema, aos tempos que possibilitam mutações das maneiras de ler e as variações do sentido das obras, das apropriações criadoras, produções de diferença, de sentidos inesperados. Por fim, para Certeau (2011, p. 40) a história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas.

História, portanto, como instrumento. Mas um alerta. Não defendo a pura e ingênua instrumentalização da História. O sentido é outro. Vejamos o que nos diz a historiadora Denise Sant’Anna (2008, p. 86):

Não como qualquer instrumento, mas um instrumento utilizado para inventar problemas onde aparentemente eles não existem. Ou, indo mais longe, um instrumento para cada um deixar de ser o que é e pensar o que ainda não pensou; um instrumento enfim arquitetado pelo desassossego do homem moderno e votado a não lhe oferecer calmante nem consolo.

Retomando o que já fora apresentado, a História não é relojoaria ou marcenaria. Não há um ofício a ser ensinado aos jovens não iniciados, que pela observação e imitação aprenderiam técnicas e ganhariam destreza. A operação histórica não é capturada pelas estruturas, modelos e exercícios de um ofício. O que permite a pesquisa, por exemplo, são as questões, as problematizações, as indagações, as dúvidas, as hipóteses, e como já foi evidenciado, elas são históricas, datadas, fruto de uma condição de possibilidade que não se repete.

A historiadora feminista Tania Swain oferece um exemplo da diversidade do fazer histórico. Com ela, vislumbramos a prática de uma história do possível. Em suas palavras:

não concebo a produção do saber fora do campo político das relações humanas. O que busco, assim, é uma história do possível, aquela encoberta pelos discursos naturalizantes... uma história do possível é o desvelamento do múltiplo onde hoje só conhecemos o Mesmo. Uma história do possível é uma história desnaturalizada, que despreza evidências do presente e se debruça sobre as possíveis relações humanas existentes em formações sociais distintas no espaço e no tempo. É uma história descontínua, pois não pretende apagar a infinita riqueza do humano em uma linha temporal ascendente, fruto de pressupostos fundados na crença ou em sua própria enunciação. Esta concepção da história implica, como aponte, em um posicionamento político definido... (SWAIN, 2007, p. 300-301).

Historiografia como prática política de alteridade. Talvez assim inspirados possamos fazer vibrar, cerca de 30 anos depois de sua proliferação, as palavras de Foucault (1979, p. 151):

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, em efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...) onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma, dizer: eis o que vocês devem fazer!

Em período ainda definido para alguns como de crise epistemológica, talvez seja oportuno e desafiador colocar em rede e em evidência uma nova maneira de fazer história, já praticada. Histórias que nos permitem, como salienta Rago (2002, 261 e 263), construir novas problematizações para o presente, mostrando como aquilo que é poderia ser diferente. Mais uma vez, historiografia como prática de corte, de diferenciação, como “convite a ousar pensar a diversidade e a heterarquia e a problematizar nossa própria pós-modernidade” (RAGO, 2008, p. 12).

## REFLECTIONS ON THE HISTORIOGRAPHIC OPERATION: dialogues and possible approaches

### Abstract

This article establishes dialogue and convergence among historians that reflect on the historiographic operation, especially at the present time. The objective is to identify and analyze the political implications of making history, the limits and challenges of this knowledge, as well as the epistemological references that drive the production of the historiographic knowledge. Finally, it highlights the double challenge of unlocking History of its old syllabuses and offers new discussions for the present.

**Keywords:** Writing of History. Epistemological challenges. Historiography.

### Referências

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Antimanual do mau historiador*. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 192 – 215.

\_\_\_\_\_. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BENATTI, A. P. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 63-103.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAIRE-JABINET, M.P. *Introdução à historiografia*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CARR, E. H. *O que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, 3 ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; 3 ed.; Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, R. Aula Inaugural do Collège de France. In: ROCHA, João Cezar de Castro Rocha (org.). *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 249- 285.

DAVIS, N. Z. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 81 – 118.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FURET, F. *A oficina da História*. Tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1991.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GROS, F. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 127-138.

HARA, T. Os descaminhos da nau foucaultiana: o pensamento e a experimentação. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A. (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 271 – 279.

JENKINS, K A *História repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, L; TATSCH, F. G. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-27.

LIMA, H. E. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 131 – 154.

MARTINS, E. de R (org.). *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, M. I. S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, (11), p. 67-75, 1998.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

PROST, A. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAGO, M. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP. (11), p. 89-98, 1998.

\_\_\_\_\_. Libertar a História. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 255 – 272.

RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. Aquela história de pirotécnico... In: \_\_\_\_\_. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 09-11.

RAGO, M; FUNARI, P. P.(org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

REIS, J. C. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, J. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Tradução de Carmem Lúcia Druciak; revisão da tradução: Serlei Maria Fischer Ranzi; Maclovio Corrêa da Silva. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SANT'ANNA, D. B. de. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da História. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 83-91.

SWAIN, T. N. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 261 – 270.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Textos Históricos*. Revista da Pós-Graduação em História da UNB. Brasília, v. 15, n. 1/2, p. 297-312, 2007.

\_\_\_\_\_. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 29 - 45.

VASCONCELOS, J. A. História e Pós-Estruturalismo. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 105-121.

VEIGA-NETO, A. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-38.

Recebido em: 03/03/2012

Aprovado em: 14/05/2012